



Arquivo Jornalístico do Poder Legislativo de Araraquara de 1964 a 1985 ¹

Laís FRANÇOSO²
Fabricio MAZOCCO³

Centro Universitário de Araraquara - Uniara, Araraquara, SP

RESUMO

O presente trabalho aborda o estudo dos materiais arquivados nos Anais da Câmara Municipal de Araraquara durante a Ditadura Militar no Brasil (de 1964 a 1985). Buscou-se, de um lado, analisar o conteúdo desses produtos; e, de outro, discutir a importância histórica de guardar esses textos para as gerações futuras. Tomou-se como objeto empírico os arquivos jornalísticos registrados durante o Regime Militar, isto é, documentos, atas, entre outros processos, não fizeram parte da pesquisa. O trabalho partiu do pressuposto de que, a partir do momento em que o parlamentar escolhe determinado material, ele está atuando como um gatekeeper. Os textos selecionados, portanto, foram classificados, depois, como “geral ou “político”, para que o contexto pudesse ser entendido de uma maneira mais específica.

PALAVRAS-CHAVE: valor-notícia; gatekeeper; Anais da Câmara Municipal de Araraquara; Ditadura Militar.

TEXTO DO TRABALHO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os materiais jornalísticos arquivados nos Anais da Câmara Municipal de Araraquara entre 1964 e 1985, referentes à época da Ditadura Militar.

O período foi escolhido pela relevância política marcada pela repressão, perseguição política e censura. Além disso, por ser um tema que está sempre presente em ambientes acadêmicos, essa pesquisa poderá ser procurada pelas gerações futuras, seja para fins de estudo ou para ampliação do conhecimento sobre a Ditadura Militar no Brasil.

De 1964 até 1985, os vereadores de Araraquara solicitaram que 49 propostas fossem arquivadas nos Anais da Câmara Municipal, todas elas aprovadas através de votação em

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 03 a 05 de julho de 2013.

² Graduada no Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Araraquara - Uniara, email: laisfr05@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Araraquara - Uniara, email: fabriciomazocco@gmail.com.



plenário. Desse montante, 33 são textos que foram publicados em jornais, cada um deles pertencente a uma categoria (notícia, artigo, editorial, entre outros). Os outros 16 registros dizem respeito a documentos, discursos, atas e outros tipos de notificações que não possuem cunho jornalístico e, por esse motivo, não fizeram parte do objeto de pesquisa.

Dessa forma, os textos aceitos pelos vereadores para constarem nos Anais da época foram divididos em dois grandes grupos (político e geral). Assim, a análise mostraria que tipo de interesse e/ou opinião do parlamentar em exercício estava implícita ao pedir que determinada matéria constasse no arquivo do Poder Legislativo.

Referencial Teórico

Apesar de grande parte da população não saber da existência e da funcionalidade dos Anais da Câmara Municipal, fica estabelecido um processo de comunicação onde, no caso, os legisladores transmitem ideias, informações e mensagens para um determinado número de indivíduos (que deveria ser supostamente maior).

Nesse sentido, os vereadores acabam atuando como gatekeepers (indivíduos ou grupo de pessoas que têm o poder de decidir se deixa passar ou interrompe uma informação). Se a decisão de deixar passar as matérias for positiva, os textos atravessam, segundo Traquina (2004, p. 150) o “portão; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque quer dizer que a notícia não será veiculada, pelo menos nesse órgão de informação”.

Os critérios substantivos dos valores-notícia que determinam se o texto será selecionado são: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo. Essa classificação de Traquina (2005) pode ser comparada aos critérios utilizados pelos vereadores.

Metodologia de Pesquisa

Nesta pesquisa utilizou-se a técnica baseada na documentação indireta, que consiste em recolher informações prévias sobre determinado assunto. Esse levantamento de dados, necessário no início de qualquer pesquisa científica, se dá através de uma pesquisa documental (ou de fontes primárias, isto é, o material consultado é interno a certa



organização) e de uma pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias, quando se obtém conhecimento em bibliotecas ou bases de dados).

Embora tenham em comum o fato de aproveitarem de dados já existentes, as duas modalidades apresentam diferenças entre si: de acordo com Gil (2010, p. 30) enquanto a pesquisa documental “... vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas...”, a pesquisa bibliográfica “... fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos”. Além disso, a maioria das pesquisas bibliográficas possui um caráter exploratório, não sendo o seu objetivo principal fornecer respostas definitivas ao problema formulado, e sim proporcionar o seu aperfeiçoamento. Em contrapartida, a pesquisa documental tem como meta promover um problema mais claro, preciso e específico, apresentando, geralmente, características mais descritivas ou explicativas.

Em poder das 33 matérias jornalísticas, portanto, foi realizada uma análise baseada no conteúdo que elas abordavam. Através da leitura desses textos foi feita a decomposição de “um todo em suas partes, a fim de poder efetuar um estudo mais completo” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 23). Essa técnica, como a sua própria descrição explica, é chamada de Análise de Conteúdo (AC) e está voltada para o estudo das ideias e não das palavras isoladamente.

De acordo com Fonseca Junior (2006, citado por MAZOCCO, 2009, p. 20), a AC se organiza em três fases cronológicas: a pré-análise, que consiste no planejamento do trabalho com a finalidade de sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas; a exploração do material, que se refere à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação com regras já estipuladas; e tratamento dos resultados obtidos, de maneira a serem válidos e significativos.

No jornalismo, o método de Análise de Conteúdo serve para detectar tendências e modelos de formulação e enquadramento de notícias.

Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. (HERSCOVITZ, 2010, citado por BENETTI & LAGO, 2010, p. 123)



Sendo o objetivo desta pesquisa ter analisado as notícias arquivadas nos Anais da Câmara de Vereadores de Araraquara, buscou-se, assim, o conhecimento tanto estrutural (abordagem quantitativa) dos textos, em um primeiro momento, quanto da intenção de arquivá-las, já no estudo em si (abordagem qualitativa). Com isso, pode-se ter uma ideia a respeito daquilo que os edis acreditavam retratar um momento histórico para a sociedade, que necessitasse ser registrado.

Essa abordagem quantitativa, segundo Bardin (2011, p. 145), é mais objetiva, mais fiel e mais exata, e será útil nas fases de verificação das hipóteses. Já através da abordagem qualitativa, que é um procedimento de caráter intuitivo, será possível sugerir relações entre o texto e a hipótese prevista.

Os instrumentos necessários para atingir esse objetivo são os formulários de codificação. Conforme explica Bardin (2011, p. 133), a codificação é semelhante a uma “transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]”.

Para esse presente trabalho, foram desenvolvidos três formulários de codificação: um que é comum a todos os 33 textos jornalísticos, um específico para as matérias relacionadas a temas majoritariamente políticos e, por fim, um formulário que servirá para os textos inseridos na categoria geral.

Resultados Finais

No período que compreende os anos da Ditadura Militar no Brasil (de 1964 a 1985), 33 textos publicados em jornais foram arquivados pelos vereadores nos Anais da Câmara Municipal de Araraquara. Desses, seis foram considerados exceções porque se tratavam de edições e cadernos especiais e conjunto de textos sobre um mesmo assunto (mas sob diferentes visões) e, por esse motivo, não poderiam ser analisados como se fossem um objeto só.

Dessa maneira, o número de textos a serem avaliados seria 61. Entretanto, esse índice caiu para 60 devido à perda de um arquivo. Os 60 textos, portanto, passaram pela análise de conteúdo proposta na metodologia do trabalho (explicada anteriormente), ou seja, cada um deles tinha de “responder” a dois formulários: um comum a todos e outro específico a sua área, dividida em “geral” e “política”. Assim, constatou-se que a



maioria deles havia sido publicada em meios de comunicação pertencentes ao município. Já no que diz respeito aos anos, o maior número de arquivamentos ocorreu nos anos de 1979, 1980 e 1981. E, segundo o que consta nos processos do período analisado (de 1964 a 1985), os edis arquivaram mais artigos e reportagens.

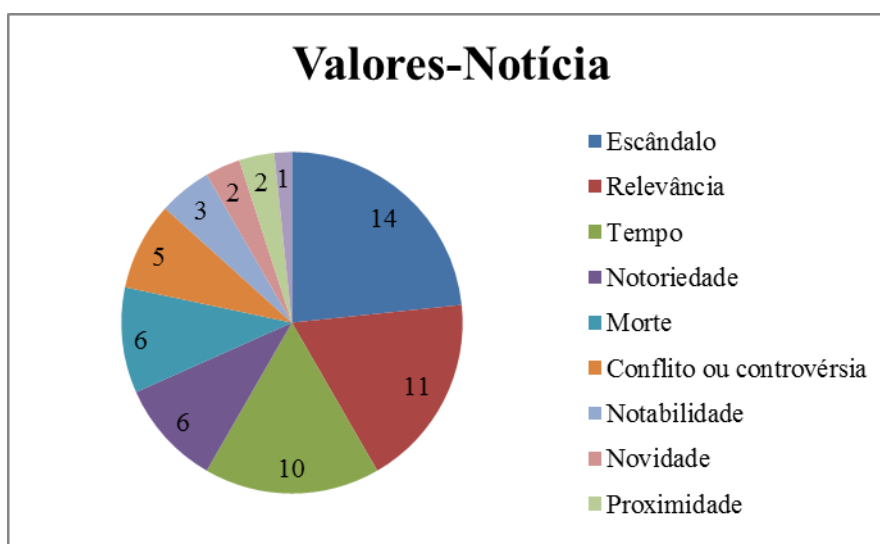
Quanto à citação de governos, o resultado obtido mostrou que, dos 60 materiais analisados, 32 falam de algum tipo de governo (dividido entre municipal, estadual e federal), contra 28 que não. Por 21 vezes, o governo federal apareceu nos textos, seguido do governo municipal, com nove, e do estadual, com duas.

Sobre a posição do texto com relação ao governo o saldo foi de: 25 negativas, 10 positivas, quatro neutras e 21 que não possuíam posição porque não citavam nenhuma forma de administração.

O MDB teve 45 dos pedidos de arquivamento em nome dos vereadores desse partido, seguido da ARENA, com dez. A conclusão sobre a incidência dos partidos dos prefeitos nos arquivos dos Anais da Câmara Municipal entre 1964 e 1985 foi: 52 vezes para o MDB e três vezes para a ARENA 1.

O último aspecto a ser analisado em todos os 60 textos foi a questão dos valores-notícia, de acordo com a definição de Traquina (2005), conforme o gráfico abaixo:

Crítérios utilizados pelos vereadores para arquivar os textos nos Anais



Fonte: elaboração da autora



Textos classificados na categoria “Geral”

Os 34 textos dessa categoria responderam a cinco perguntas específicas. Em se tratando do objetivo que o texto possuía, 14 noticiaram fatos, 11 fizeram uma crítica e dez prestaram homenagem a algo ou alguém. Quanto à área enfatizada no texto, foi possível visualizar que 14 abrangem o campo social, cinco o cultural, quatro o da economia, e uma a de empresas.

As três últimas questões elaboradas nesse formulário diziam respeito a quem ou o que havia sido citado no texto, que tipo de trabalho exercia na época e se, nos dias de hoje (2012), ainda permaneciam em atividade. Da análise, portanto, pode-se concluir que apenas um texto não possui citações. O restante, porém, divide-se entre pessoa física (19), instituição privada (16), instituição pública (três) e entidade (uma). Organizações não governamentais (ONGs) não são citadas.

Sobre os tipos de trabalhos exercidos por essas pessoas ou instituições, chegou-se ao seguinte resultado: a maioria (19) se enquadra no aspecto “outra” (pelo fato de arquivos terem sido desmembrados e, um deles, a edição comemorativa do jornal “O Imparcial” tratar do campo jornalístico), e, em seguida, vem o trabalho empresarial (dez), devido à existência de um caderno especial sobre uma denúncia de escravidão branca em uma fazenda. Depois, aparece o trabalho social (quatro) e o cultural (duas).

Desses textos nos quais aparecem pessoas ou órgãos exercendo uma função, 23 já encerraram suas atividades, enquanto 11 ainda “trabalham” na ou para a sociedade.

Textos classificados na categoria “Política”

Os 26 textos dessa categoria responderam a sete questões específicas. Em se tratando de política, todos os textos faziam referência a governos. Dezesete deles falavam sobre o governo federal, sete sobre o municipal e dois sobre o estadual.

Das pessoas que foram citadas aparecem Paulo Maluf e João Batista de Oliveira Figueiredo, com quatro citações, seguidos de Jânio Quadros e Delfim Neto, com três.

Em todos os textos houve críticas, que se dividiram entre 18 negativas e oito positivas.



Para 17 textos, não houve associação positiva com relação ao governo. Sete julgaram positivas as benfeitorias trazidas para a cidade e duas foram classificadas como “outras” (decisão favorável à democracia e cumprimento de promessas).

Não houve nenhuma referência às associações positivas definidas como benefícios para os cidadãos e campanhas

Com relação à principal associação negativa, lideraram as críticas classificadas como “outras” (que se referiam ao desrespeito, insatisfação, repressão, legitimidade, violência, abuso do poder, preconceito e retrocesso), oito textos não apresentaram associação negativa, três diziam respeito à corrupção, três à má administração, uma fazia acusações e uma se referia a crises.

As duas últimas perguntas do formulário de codificação diziam respeito à Ditadura Militar. Dezoito textos faziam referência ao governo militar federal, contra oito que não tocavam no assunto. E, sobre a existência de crítica com relação à censura da época, dez foram afirmativas, contra 16 que também não se referiram ao tema.

Considerações Finais

O presente trabalho conseguiu chegar à seguinte conclusão: os vereadores preferiam incluir nos Anais textos publicados em veículos do próprio município. Esse dado, por exemplo, aponta para uma predileção por temas mais próximos de suas realidades, além de, possivelmente, serem os meios de comunicação a que os parlamentares tinham maior acesso.

Já no que se refere ao maior número de arquivamentos ter ocorrido nos anos de 1979, 1980 e 1981, temos a indicação de que não houve esforço por parte dos vereadores em arquivar materiais que se referissem ao início do Governo Militar e a maneira como foi implantado em 1964. Isso aponta a insegurança em que viviam os edis na época e até mesmo uma possível postura conservadora por parte da maioria. Anos depois, no entanto, no momento em que o País se mobilizava em prol do retorno ao regime democrático, a Câmara de Araraquara mais ativamente se mostrava também mobilizada. Por esse motivo e, por haver já um pouco mais de liberdade política, houve ali a grande concentração de matérias.



Na fase que antecedeu ao Golpe Militar havia, em tese, maior quantidade de acontecimentos que poderiam ter sido alvo de arquivamento. A combinação explosiva de uma crise econômica - que, segundo Napolitano (1998), fazia com que o país não crescesse desde 1960, e a inflação chegasse a 100% ao ano-, crise política, crise social e crise militar haviam criado o clima para o Golpe. Contudo, nada disso foi registrado nos Anais araraquarenses. Outro fato que fazia parte do cenário no momento de transição do governo João Goulart para o do Marechal Castelo Branco - que também não está arquivado - é a instalação dos Atos Institucionais (AI).

O primeiro pedido de arquivamento, durante a época da Ditadura, foi de um artigo intitulado “Rotary e as Árvores”, datado de 1966, ou seja, um texto que não remetia, em nenhum momento, a questões governamentais. Além disso, 1966 foi um ano marcado, de acordo com Napolitano (1998), pela promulgação do AI-3 (em março) e do AI-4 (em dezembro).

Voltando para as análises de conteúdo propostas neste trabalho, foi possível visualizar, ainda, a diferença entre a descrição atribuída pelos parlamentares nos processos de arquivamento e a definição das classificações jornalísticas feitas por autores renomados da área. Isso reflete o desconhecimento por parte dos legisladores e também o descuido ao propor tais classificações, já que dos 60 textos, 37 estão em desacordo.

Outro tópico estudado foram os gêneros preferidos pelos parlamentares. Grande parte escolhia artigos, porque expressavam opiniões. Em seguida, aparecem as reportagens que noticiavam os fatos de maneira mais elaborada e completa. O objetivo, nessa situação, era, portanto, arquivar algo que ia ao encontro do pensamento de quem solicitava o arquivamento, ou seja, que não se referisse, em sua maioria, à Ditadura Militar de forma opositora.

Por mais que a maioria dos textos viesse de jornais locais, as matérias selecionadas faziam referência ao governo federal, embora trouxessem o assunto para o contexto da cidade. Assim, os textos selecionados tinham temáticas mais abrangentes, mas que, ao final, traziam aquela realidade para Araraquara, um município que, na época, crescia tanto no aspecto populacional (saltando de quase 83 mil habitantes na década de 60 para cerca de 130 mil pessoas em 1980) quanto intelectual (principalmente após a visita em 1960 do filósofo francês Jean Paul Sartre, que veio até a cidade realizar uma conferência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp).



Uma curiosidade sobre a falta desses e muitos outros itens nos Anais da Câmara está no fato de Araraquara ter sido governada na maioria dos anos do Regime Militar por grupos políticos pertencentes ao partido de oposição, o então MDB. O dado aponta para uma possível resistência “legal” da oposição. Ou seja, ao que tudo indica o partido fazia oposição ao Regime, porém dentro da legalidade imposta pelo Governo Federal.

Outro apontamento do conservadorismo da Câmara araraquarense é que, apesar de constar nos Anais matérias referentes a escândalos, isso não quer dizer que essa era uma forma de afrontar o governo. Pelo contrário. Os textos arquivados que se encaixam nesse critério de valor-notícia tratam de casos mais particulares, isto é, de problemas em administrações privadas e não públicas, como aconteceu com “Os Escravos Brancos de Araraquara”. Para se ter uma noção (e lembrando que foram analisados 60 textos), as matérias que se referiam ao governo dos militares totalizam 19. Dessas, apenas 11 criticavam veementemente a censura da época (ou seja, pouco mais de 18%) e, todos eles, são datados da década de 80 (um de 1980, oito de 1981 e dois de 1984).

Isso mostra uma incidência muito pequena do assunto durante os 21 anos de Ditadura Militar. Enquanto a sociedade vivia em um período atípico, sob severa censura, imposições e restrições às liberdades políticas, de imprensa e de opinião e expressão, os vereadores que legislaram em Araraquara entre 1964 e 1985 se distanciaram do tema de modo a preservar a Câmara, embora as administrações municipais fossem de partido de oposição.

Para a área de Comunicação Social, com ênfase no Jornalismo, ressalta-se neste trabalho a relação do papel desempenhado pelo vereador, quando do pedido do registro em ata do material jornalístico, com o do gatekeeper. Ou seja, mesmo não sendo um jornalista, podemos entender que o parlamentar atua como tal, pois a ele cabe a responsabilidade de filtrar e registrar determinado fato. Considerando a Teoria do Newsmaking, em que a atenção está voltada ao produtor da informação, selecionando o que (e como) o público irá recebê-la, entendemos, neste trabalho, que o vereador desempenha uma importante função ao selecionar e perpetuar uma notícia veiculada pela mídia.

Um arquivo que não retrata o momento histórico da cidade, do Estado e do País num período tão crucial da história nacional, de que serve às gerações futuras? Foi justamente essa a intenção deste trabalho: discutir a relevância dos temas que estão



inseridos nos Anais, já que têm como objetivo versar sobre a história, memória da cidade, da região, do Estado e do país, devendo preferencialmente incidir sobre acontecimentos e fatos que mereçam registro por ter significado histórico-social.

Apêndice

Exemplo de um dos formulários de codificação utilizado na pesquisa

Jornal:

Data:

Título da matéria:

Seção:

Página:

1. Gênero

nota artigo reportagem carta entrevista editorial box

2. Origem

jornalista de redação jornalista correspondente agência nacional

agência internacional leitor instituição articulista não identificada

ANÁLISE DE TEXTO

3. Qual é o foco central da discussão?

político geral

4. São mencionados no texto:

pessoa/grupo autoridades políticas partidos instituição pública instituição privada Organizações Não Governamentais (ONGs) entidades outros_____

5. Quem foi citado?_____

6. Cita governo?

sim – municipal estadual federal

não



7. Qual a posição do texto com relação ao governo?

positiva negativa neutra nenhuma

8. Qual a posição do texto com relação à sociedade?

positiva negativa neutra

9. Em que contexto se encaixa a matéria?

cidade Estado país

10. Qual vereador pediu o arquivamento do texto, a qual partido pertencia e quem era o prefeito na época? _____

11. Que critério de valor-notícia predomina para que fosse pedido o arquivamento do texto? _____

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

ESCOSTEGUY, A.C. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. *Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 151-170.

FERRARI, M.H.; SODRÉ, M. *Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo, SP: Summus Editorial, 1986.

FIGUEIREDO, L.F. A nota jornalística no Jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal. Tubarão, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, 2003. http://busca.unisul.br/pdf/69879_Lisette.pdf

GIL, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HERSCOVITZ, H.G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: BENETTI, M.; LAGO, C. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 123-142.

LAGE, N. *Estrutura da notícia*. São Paulo, SP: Editora Ática, 2004.



LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Editora Atlas; 1992.

_____. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, SP: Editora Atlas, 1999.

MARTINO, L.C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 11-25.

_____ Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 27-38.

MAZOCCO, F.J. A midiatização das patentes sob o olhar CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). São Carlos, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) Universidade Federal de São Carlos, 2009.

NAPOLITANO, M. O regime militar brasileiro: 1964 – 1985 – Discutindo a história do Brasil. São Paulo, SP: Atual Editora, 1998.

RODAS, J. A ausência da crítica na imprensa diária e as consequências para a arte brasileira. Curitiba, 2011. Pesquisa Científica (VII Fórum em Arte Embap), 2011. <http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/anaisvii/098.pdf>

SOUSA, J.P. Elementos de jornalismo impresso. Porto, 2001. Manual Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. <http://chile.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

SOUZA, J.M.V. Araraquara: 170 anos de política 1ª edição. Araraquara, SP: Editora Compacta, 2003.

_____. Araraquara: 212 anos de história. Araraquara, SP: Editora Compacta, 2001.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo Volume I. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2004.

_____. Teorias do Jornalismo Volume II. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2005.